



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
26/2024

PÁGINA Nº
1 de 5

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Supremo Tribunal Federal
- Conselho Nacional de Justiça
- Superior Tribunal de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.973, de 16 de setembro de 2024](#)

Estabelece regime de transição para a contribuição substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º da [Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#), e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto no § 21 do art. 8º da [Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004](#); altera as Leis nºs [8.212, de 24 de julho de 1991](#), [8.742, de 7 de dezembro de 1993](#), [10.522, de 19 de julho de 2002](#), [10.779, de 25 de novembro de 2003](#), [10.865, de 30 de abril de 2004](#), [12.546, de 14 de dezembro de 2011](#), e [13.988, de 14 de abril de 2020](#); e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs [1.737, de 20 de dezembro de 1979](#), e [2.323, de 26 de fevereiro de 1987](#), e das Leis nºs [9.703, de 17 de novembro de 1998](#), e [11.343, de 23 de agosto de 2006](#), e a [Lei nº 12.099, de 27 de novembro de 2009](#).

DOU - Seção 1, p. 1-4, Extra A, 12/09/2024

[Lei n. 14.974, de 16 de setembro de 2024](#)

Institui o Dia Nacional da Identidade Civil.

DOU - Seção 1, p. 1, 17/09/2024

[Lei n. 14.976, de 18 de setembro de 2024](#)

Altera a [Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015](#) (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da [Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973](#).

DOU - Seção 1, p. 1, 19/09/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
26/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 5

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei n. 14.979, de 18 de setembro de 2024](#)

Altera a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção.

DOU - Seção 1, p. 4, 19/09/2024

[Lei n. 14.980, de 18 de setembro de 2024](#)

Institui o projeto Adote um Museu e o Dia Nacional do Museu, para incentivar ações de preservação e de valorização da memória histórica, artística e cultural.

DOU - Seção 1, p. 4-5, 19/09/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Supremo Tribunal Federal

[Súmula vinculante n. 60, de 20 de setembro de 2024](#)

O pedido e a análise administrativos de fármacos na rede pública de saúde, a judicialização do caso, bem ainda seus desdobramentos (administrativos e jurisdicionais), devem observar os termos dos 3 (três) acordos interfederativos (e seus fluxos) homologados pelo Supremo Tribunal Federal, em governança judicial colaborativa, no tema 1.234 da sistemática da repercussão geral ([RE 1.366.243](#)).

DOU - Seção 1, p. 1, 20/09/2024

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Portaria n. 278 de 3 de setembro de 2024](#)

Estabelece procedimentos e diretrizes para a realização de mutirões processuais penais nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais durante o mês de novembro de 2024.

eDJ-CNJ n. 220, de 13/09/2024, p. 2-6



ALERTA SEBIB

NÚMERO
26/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 5

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Recomendação n. 4, de 18 de setembro de 2024](#)

Recomenda aos juízes e membros do Ministério Público que deem preferência e especial atenção à tramitação de inquéritos e ações envolvendo a punição de infrações ambientais, inclusive questões que envolvam medidas cautelares, tais como buscas e apreensões e prisões preventivas.

eDJ-CNJ n. 224, de 19/09/2024, p. 2

[Resolução n. 578, de 11 de setembro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 570/2024](#), que dispõe sobre a instituição do Fórum Nacional do Judiciário para a Assistência e a Previdência Social (Fonassp).

eDJ-CNJ n. 226, de 20/09/2024, p. 2

[Resolução n. 579, de 11 de setembro de 2024](#)

Inclui o art. 45-A no [Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça](#).

eDJ-CNJ n. 226, de 20/09/2024, p. 2-3

[Resolução n. 580, de 11 de setembro de 2024](#)

Altera, renumera e acrescenta dispositivo à [Resolução CNJ nº 395/2021](#), que institui a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário.

eDJ-CNJ n. 226, de 20/09/2024, p. 3-4

[Presidência e Corregedoria Nacional de Justiça](#)

[Recomendação n. 155, de 19 de setembro de 2024](#)

Recomenda aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais de Justiça Militar, aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais Regionais do Trabalho que autorizem os respectivos juízos efetuarem repasses de valores para o combate às queimadas.

eDJ-CNJ n. 225, de 19/09/2024, p. 2

Superior Tribunal de Justiça

[Súmula n. 672, de 13 de setembro de 2024](#)

A alteração da capitulação legal da conduta do servidor, por si só, não enseja a nulidade do processo administrativo disciplinar.

eDJ-STJ n. 3952, de 16/09/2024

[Súmula n. 673, de 13 de setembro de 2024](#)

A comprovação da regular notificação do executado para o pagamento da dívida de anuidade de conselhos de classe ou, em caso de recurso, o esgotamento das instâncias administrativas são requisitos indispensáveis à constituição e execução do crédito.

eDJ-STJ n. 3952, de 16/09/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
26/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 5

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Conselho da Justiça Federal

[Portaria n.556, de 16 de setembro de 2024](#)

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2024.

DOU - Seção 1, p. 109, 18/09/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

Retificação

[Resolução n. 78, de 02 de setembro de 2024](#), que dispõe sobre o ajustamento da estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dá outras providências.

BDTRF1, 17 de setembro de 2024

Resolução n.79, de 18 de setembro de 2024

Dispõe sobre a delegação de competência aos Diretores de Foro para administrar e organizar a estrutura de cargos e funções comissionadas das Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região e dá outras providências.

BDTRF1, 19 de setembro de 2024